

Demonstrações Financeiras
Blue Ocean Embarcações S.A.
31 de dezembro de 2024
com o Relatório dos Auditores Independentes

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	11
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações de Fluxo de Caixa	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	14

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da **Blue Ocean Embarcações S.A.**

Rio de Janeiro, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Blue Ocean Embarcações S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Blue Ocean Embarcações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que destaca a incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da única investida SISTAC. Isso se deve ao prejuízo líquido apresentado no exercício da investida, que foi de R\$ 10.730 mil. De forma complementar, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme balanço patrimonial da investida, o passivo circulante da Companhia superou o total do ativo circulante em R\$ 41.712 mil. Ainda, conforme mencionado na nota explicativa 1, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na mesma nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Investida em Companhia de capital fechado - Recuperabilidade de ativos não financeiros – demonstrações financeiras individuais

A Companhia possui investimento em ações de companhia de capital fechado no montante de R\$62.848mil. A expectativa de realização de tais ativos não financeiros é revisada anualmente pela Administração, conforme estabelecido pelo CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em conjunto com a revisão do plano de negócios da Companhia, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais da Companhia e do mercado em que opera, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes a preparação do plano de negócios da Companhia, e conseqüentemente o efeito sobre a realização e recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Envolvemos nossos especialistas na revisão do cálculo do valor justo do investimento, considerando a discussão dos critérios utilizados na preparação da metodologia e a razoabilidade das projeções de fluxo de caixa utilizadas, assim como, a conferência dos cálculos matemáticos efetuados. Adicionalmente, obtivemos as demonstrações financeiras da empresa investida que foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria sem ressalvas. Também

avaliamos a adequação das divulgações sobre esse assunto incluído nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados nos procedimentos de auditoria acima resumidos, não identificamos distorções significativas no registro da Companhia, de forma que os valores e informações divulgados nas demonstrações financeiras estão apresentados com razoabilidade.

Recuperabilidade de ativos não financeiros de longo prazo - demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa 12 em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativos não financeiros de longo prazo significativos, representado principalmente pelo ativo Imobilizado de R\$143.881 mil no consolidado. A expectativa de realização de tais ativos não financeiros é revisada anualmente pela Administração, conforme estabelecido pelo CPC 01 (R1) e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em conjunto com a revisão do plano de negócios da Companhia, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais da Companhia e do mercado em que opera, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e cenários econômicos incertos.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes a preparação do plano de negócios da Companhia, e conseqüentemente o efeito sobre a realização e recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como a auditoria conduziu esse assunto

A Controlada foi auditada por outros auditores independentes, que efetuaram os seguintes procedimentos de auditoria: (i) entendimento do processo e controles internos da Controlada para elaboração de estudo que permita a identificação da necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros de longo prazo (Impairment); (ii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponível, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iii) a utilização de especialistas em modelagem para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Controlada, em particular aquelas relacionadas às estimativas de receitas futuras, margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto; e (iv) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (v) revisão das divulgações efetuadas pela Controlada nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da Administração, foi considerado que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Covenants financeiros sobre as Debêntures – demonstrações financeiras consolidadas

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 14, em 15 de fevereiro de 2023, a Controlada concluiu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, em serie única, para distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais. O montante total captado de R\$ 120.000 mil.

Os recursos captados têm como principal destinação a liquidação de passivos em busca do alongamento da dívida. O prazo de liquidação é de 5 anos após a data de emissão, com cláusulas de vencimento antecipado, principalmente pelo indicador financeiro dívida líquida sobre EBITDA, menor ou igual a 2,5x em dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possui o total de dívidas firmadas com instituições financeiras no montante de R\$120.659 mil.

Pelo segundo ano consecutivo, em 31 de dezembro de 2024 a Controlada não atendeu aos indicadores financeiros estabelecidos em contrato, e assim obtiveram uma carta, datada de 23 de dezembro de 2024, que posterga a mensuração dos indicadores financeiros para 31 de dezembro de 2025. Como consequência em 31 de dezembro de 2024 as obrigações financeiras das debêntures e demais financiamentos seguem o prazo ordinário de vencimento.

Como a auditoria conduziu esse assunto

A Controlada foi auditada por outros auditores independentes, que efetuaram os seguintes procedimentos de auditoria: (i) revisão do contrato assinado de emissão das debentures; (ii) recálculo dos juros incorridos no período (iii) Confirmação externa junto às instituições financeiras; (iv) confirmação externa junto ao agente fiduciário; (v) avaliação da metodologia de cálculo dos índices financeiros estabelecidos nas cláusulas restritivas e sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos; (vi) mapeamento de outros contratos de empréstimos e financiamentos, que ainda que não possuam clausulas de medição financeira, se tornam vencidos automaticamente em função do não cumprimento de obrigações contratuais com outros instrumentos financeiros (cláusulas de cross-default); (vi) obtenção da carta de autorização da postergação de cumprimento aos indicadores financeiros de Covenants para o período a findar-se em 31 de dezembro de 2025; e (vii) avaliação da

adequação das divulgações efetuadas pela Controlada sobre esse assunto nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, foi considerado que o tratamento e divulgações dadas sobre o tema estão aceitáveis e consistentes com as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de Receita – demonstrações financeiras consolidadas

As receitas da Controlada referem-se principalmente à prestação de serviços de embarcação, com apoio marítimo para execução de atividades de mergulho. O reconhecimento de receita ocorre apenas no momento da medição do boletim referente aos serviços prestados (“boletim de medição”) que é revisado e aprovado pelo cliente.

As medições nos contratos junto aos clientes Petrobrás e Enauta ocorrem no dia 25 e 20 de cada mês, respectivamente, e faz-se necessário a mensuração e provisionamento da receita referente aos 6 e 11 dias, respectivamente, subsequentes à medição. O processo de reconhecimento de receita foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros fatores: (i) envolvimento de estimativas; (ii) volume das transações concentrados no mês de dezembro; e (iii) a necessidade de inputs manuais no processo, os quais estão sujeitos ao julgamento e subjetividade por parte da Administração, assim esse tema foi considerado como um assunto significativo de auditoria.

Como a auditoria conduziu o assunto

A Controlada foi auditada por outros auditores independentes, que efetuaram os seguintes procedimentos de auditoria: (i) a obtenção do entendimento dos procedimentos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receita para auxiliar na seleção e aplicação dos procedimentos de auditoria aplicáveis às circunstâncias; (ii) reperformance matemática do ticket médio diário de receita da Companhia durante o exercício; (iii) verificação subsequente da receita efetivamente realizada nos seis e onze dias, respectivamente, de provisionamento e avaliação da razoabilidade da flutuação; (iv) a realização de procedimentos substantivos analíticos para identificar e investigar padrões incomuns e realizar procedimentos de auditoria adicionais onde os resultados reais não estão de acordo com nossas expectativas; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 19 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, foi considerado aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita

adotadas pela Administração, bem como as respectivas divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2025.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O


Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O


Raul Cacio Sorcini Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balanco Patrimonial - Ativo

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa	6	127	1.475	10.165	32.740
Contas a Receber de Clientes	7	-	-	33.178	40.906
Estoques de Materiais	8	-	-	6.307	11.218
Impostos a Recuperar		174	174	17.479	16.078
Adiantamentos de despesas		-	1	8.665	12.349
Ativos Contratuais	9	-	-	48	45
Aplicações em Garantias	6	-	-	803	816
Outros adiantamentos		1.369	-	1.369	-
Outras Contas a Receber		-	-	2.203	2.461
Total do Ativo Circulante		1.669	1.650	80.217	115.797
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Ativos Contratuais	9	-	-	3.587	14.291
Estoques de Materiais	8	-	-	4.762	5.144
Impostos Diferidos Ativos		-	-	13.383	12.284
Aplicações em Garantias	6	-	-	437	1.087
Depósitos Judiciais		-	-	3.478	2.617
Outros Ativos		-	-	453	296
		-	-	26.100	35.719
Permanente					
Investimento	10	62.848	28.447	(38.186)	-
Intangível	11	-	-	30.542	32.784
Imobilizado	12	-	-	143.881	129.339
		62.848	28.447	136.237	162.123
Total do Ativo Não Circulante		62.848	28.447	162.337	197.842
		64.518	166.720	242.554	230.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial - Passivo

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	8.243	6.351
Obrigações Trabalhistas	15	-	-	23.212	33.618
Contas a Pagar a Fornecedores	16	-	-	1.725	10.425
Impostos a Recolher		-	-	4.281	4.203
Obrigações Contratuais		-	-	1.017	1.424
Passivo de Arrendamento		-	-	676	536
Debêntures	14	-	-	45.987	25.926
Outras Contas a Pagar		1	1	17.387	6.961
Total do Passivo Circulante		1	1	102.529	89.444
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	13	-	-	1.429	7.143
Passivo de Arrendamento		-	-	127	331
Debêntures	14	-	-	65.000	95.000
Provisão para contingências	17	-	-	8.952	8.970
Total do Passivo Não Circulante		-	-	75.508	111.444
Patrimônio Líquido					
Capital Social	18	160.750	160.550	160.750	160.550
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	-	-	-	-
Outras Reservas		15.739	13.829	15.739	13.829
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(111.973)	(144.283)	(111.973)	(144.283)
Total do Patrimônio Líquido		64.516	30.096	64.516	30.096
Total do Passivo		64.518	30.097	242.554	230.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas e/ou serviços	19	-	-	213.484	218.915
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(181.375)	(205.602)
Lucro bruto		-	-	32.109	13.313
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	20	-	-	(362)	(287)
Despesas administrativas	20	(183)	(201)	(21.772)	(34.211)
Despesas gerais	20	-	-	(2.959)	(14.721)
Outras receitas e despesas, líquidas	20	-	-	1.140	2.488
		(183)	(201)	(23.953)	(46.731)
Resultado com participação societária					
Equivalência patrimonial	10	(10.730)	(52.464)	-	-
Amortização de Mais-Valia	10	(1.247)	(1.249)	(1.247)	(1.249)
Provisão para <i>impairment</i>		44.467	(82.654)	44.467	(82.654)
		32.490	(136.367)	43.220	(83.903)
Antes do Resultado Financeiro		32.307	(136.586)	51.376	(117.321)
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	21	3	-	(20)	4.649
Despesas financeiras	21	(1)	(2)	(20.146)	(26.635)
		2	(2)	(20.166)	(21.986)
Resultado Antes dos Impostos		32.309	(136.570)	31.210	(139.307)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente		-	-	-	-
Diferido		-	-	1.099	2.737
		-	-	1.099	2.737
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		32.309	(136.570)	32.309	(136.570)
		100%	100%	100%	100%
Quantidade de ações		160750100	160550100	160750100	160550100
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício		R\$0,20	(R\$0,85)	R\$0,20	(R\$0,85)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Resultado Líquido do Exercício		32.309	(136.570)	32.309	(136.570)
Resultados Abrangentes de Investidas	10	1.910	(48)	1.910	(48)
Resultado Líquido do Período		34.219	(136.618)	34.219	(136.618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Reservas de lucros			Total do Patrimônio Líquido
		Capital subscrito	AFAC	Outras reservas	Reserva legal	Reten�o de lucros	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2022		160.350	200	13.829	75	1.425	(9.325)	166.714
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	200	(200)	-	-	-	-	-
Constitui�o da reserva legal		-	-	-	(75)	-	75	-
Constitui�o da reserva para reten�o de lucros		-	-	-	-	(1.425)	1.425	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(136.570)	(136.570)
Resultados abrangentes		-	-	(160)	-	-	112	(48)
Em 31 de dezembro de 2023		160.550	-	13.829	-	-	(144.283)	30.096
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	18	200	-	-	-	-	-	200
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	32.309	32.309
Resultados abrangentes	10	-	-	1.910	-	-	-	1.910
Em 31 de dezembro de 2024		160.750	-	15.739	-	-	(111.973)	64.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

Demonstração de Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo das atividades operacionais					
Resultado antes dos Impostos		32.309	(136.570)	31.210	(139.307)
Ajustes:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	10.730	52.464	-	-
Amortização da mais valia	10	1.247	1.249	1.247	1.249
Provisão para <i>impairment</i>		(44.467)	82.654	(44.467)	82.654
Depreciação e amortização		-	-	35.560	39.816
Reversão de provisões		-	-	-	-
Baixa de imobilizado		-	-	-	804
Juros sobre empréstimos		-	-	13.783	17.445
Provisão para contingências		-	-	(18)	7.801
Stock Options		-	-	(112)	-
Outros		-	-	2.486	-
		(181)	(203)	39.689	10.462
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	7.728	25.249
Estoques de materiais		-	-	1.579	2.447
Impostos a recuperar e a recolher		-	(3)	(1.323)	(5.847)
Adiantamentos		(1.367)	-	2.317	(1.611)
Obrigações trabalhistas		-	-	(10.406)	2.657
Contas a pagar		-	(3)	(8.700)	2.728
Juros pagos		-	-	-	(18.944)
Outros ativos e passivos		-	-	14.019	1.807
		(1.367)	(6)	5.214	8.486
Fluxo líquido nas atividades operacionais		(1.548)	(209)	44.903	18.948
Atividades de investimento					
Pagamento por ações de investidas		-	-	-	-
Dividendos recebidos		-	-	-	-
Aplicações em garantia		-	-	663	2.052
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(53.931)	(63.297)
Fluxo líquido das atividades de investimento		-	-	(53.268)	(61.246)
Atividades de financiamento					
Aumento de capital e AFAC	18	200	-	200	-
Captação de empréstimos		-	-	1.962	50.598
Pagamento de financiamentos		-	-	(5.238)	(135.870)
Debêntures		-	-	(10.000)	120.000
Juros pagos		-	-	(14.268)	-
Liberações de conta Garantia		-	1.368	-	1.368
Liberação de retenção contratual		-	-	14.594	-
Retenção contratual		-	-	(2.666)	-
Fluxo líquido atividades de financiamento		200	1.368	(15.416)	36.096
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa		(1.348)	1.159	(23.781)	(6.200)
Saldo no início do exercício		1.475	316	31.924	38.172
Ajuste acumulado de conversão		-	-	2.022	(48)
Saldo no final do exercício		127	1.475	10.165	31.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Blue Ocean Embarcações S.A. ("Companhia" ou "Blue Ocean") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Estado do Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída em 2013, no entanto, as suas atividades se iniciaram somente em 2015.

Em Ata da Assembleia Geral de Cotistas realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio do Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Brazil Capital Growth Partness II com versão da parcela cindida do seu patrimônio para a Glamis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia passando essa a ser a principal acionista da Companhia.

A Companhia tem como objeto social a participação no capital social, na qualidade de sócia ou acionista, de outras sociedades que atuam na fabricação de aço, alumínio ou material composto de embarcações de serviço e de lazer.

Atualmente a Companhia investe na SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC").

SISTAC Sistemas de Acesso S.A ("SISTAC")

A SISTAC Sistemas de Acesso S.A. ("Sistac") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na rua Vinte e Três, 428 - Gebara, Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. Fundada em 1995, surgiu como resultado da busca para desenvolver alternativas com o objetivo de aprimorar os serviços de mergulho existentes no Brasil. No ano de sua fundação, apresentou à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a técnica de escalada industrial, por meio de diversos trabalhos experimentais. Em 1997, trouxe para o Brasil a então recém-lançada técnica de inspeção de solda por ACFM (Alternated Current Field Measurement).

Em 2005, começou a executar reparos submersos em unidades marítimas, sem interrupção da produção. Em outubro de 2007, começou a operar com mais uma técnica de acesso - o ROV (Remotely Operated Vehicle). Em 2010, apresentou seu primeiro S-DSV (Shallow Diving Support Vessel).

Em 2012 iniciou a sua atividade de Pull-in/ Pull-out e em 2013 deu início à construção da sua terceira embarcação, por forma a aumentar a sua frota de navios para prestação de serviços offshore para a indústria de OH & Gas (O&G), a qual iniciou a sua operação no mês de março de 2015.

Em 24 de janeiro de 2018, foi constituída, na Holanda, a Sistac B.V., que tem por finalidade aproveitar oportunidades de negócio e, durante 2018, adquiriu 4 LDBs (light Diving Boats) e 4 Davits (guincho hidráulico instalados nas embarcações para que os LDBs sejam colocados no mar e ao final das atividades, sejam recolhidos para o convés da embarcação). Esse equipamento está sendo utilizado pela Companhia, em suas operações no Brasil.

Durante o ano de 2018, a Companhia iniciou as atividades de mergulho saturado entre 50 e 300 metros de profundidade e de manutenção de guinchos, aumentando assim, o seu portfólio de serviços.

Durante o ano de 2019, a Companhia consolidou a operação de mergulho profundo até 200 metros e aumentou as atividades de mergulho raso, passando de 6 para 22 frentes de mergulho, contratados pela Petrobras.

Em 2022, pela primeira vez em sua história, a Companhia teve sua receita preponderante constituída pelo mercado privado, majoritariamente por IOCs (International Oil Companies ou Independent Oil Companies, se brasileiras), que atingiu cerca de 55% do faturamento total. As operações com a Petrobras se mantiveram relevantes (aproximadamente 45% do faturamento total) e com expectativa de crescimento para o próximo exercício.

Em abril de 2023, a embarcação Sistac Vitória deu início a um contrato de longo prazo com o maior player de mercado no segmento de óleo e gás – Petrobras Petróleo Brasileiro S.A, resultante de uma licitação realizada em 2022. No encerramento do ano de 2022, essa embarcação passou por uma extensa reforma para implementar alterações previstas nesse novo contrato. Isso proporcionou uma elevação da tarifa em comparação àquelas aplicadas durante 2023.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional (Continuação)

O restante do ano de 2023 foi bastante desafiador para a Sistac, com a ocorrência concomitante de alguns eventos não recorrentes que resultaram numa queda tanto da sua receita quanto do seu resultado, quando comparados ao ano anterior. No primeiro semestre, a necessidade de realizar manutenção e reformas obrigou a paralisação de duas de nossas principais embarcações Sistac Vitória e Sistac Esperança. A Sistac Vitória ficou em docagem durante cerca de três meses para manutenção de equipamentos e inspeção de classe. Simultaneamente, a embarcação Sistac Esperança teve suas operações interrompidas para a realização de adaptações necessárias ao cumprimento das exigências de seu novo contrato de longo prazo, firmado com uma Companhia Internacional de Óleo (IOC).

Em razão destas questões operacionais pontuais, a Sistac não foi capaz de alcançar o limiar de 2.5x dívida líquida para Ebitda, conforme previsto no contrato de Debêntures, na cláusula de índices financeiros (cláusula de Covenants). Em resposta a esse desafio, a Companhia solicitou, na Assembleia Geral de Debenturistas em 28 de dezembro de 2023, perdão dos debenturistas no que tange a medição dos indicadores financeiros que prevê o vencimento antecipado das obrigações com as debêntures (identificado como *waiver* de medição desses índices financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024 a Sistac deu continuidade a um processo relevante de mudança em sua gestão, iniciado no último trimestre de 2023, e englobou a revisão de processos, mudanças nas lideranças, reduções de custos, contratações estratégicas e outras ações que permitiram que a Sistac voltasse a atingir margens melhores do que as que ela vinha obtendo nos últimos dois anos. Vale ressaltar que, no decorrer do exercício de 2024, a principal embarcação da Companhia, o Sistac Vitória, passou por uma extensa reforma para implementar alterações previstas no seu novo contrato com a Petrobras, ficando paralisada em docagem por aproximadamente quatro meses, o que impactou negativamente o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a SISTAC apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 41.712 e R\$ 23.979 na controladora e consolidado, respectivamente, (em 2023 apresenta saldos positivos de R\$11.426 e R\$24.704 na controladora e consolidado, respectivamente), prejuízo líquido do exercício de R\$ 10.730 e R\$ 10.730 na controladora e consolidado, respectivamente, (em 2023 apresenta prejuízo líquido do exercício em R\$ 52.646 e R\$ 52.464 na controladora e consolidado, respectivamente). Adicionalmente vem acumulando prejuízos de R\$ 20.698 e R\$ 20.698 na controladora e consolidado, respectivamente, (em 2023 apresenta prejuízos acumulados de R\$ 9.968 e R\$ 9.968 na controladora e consolidado). O resultado de 2024 foi muito impactado pelos efeitos da docagem da principal embarcação da Companhia, bem como do efeito das despesas financeiras, como consequência a Companhia não foi capaz de alcançar o limiar de 2.5x dívida líquida para Ebitda, conforme previsto no contrato de Debêntures, na cláusula de índices financeiros (cláusula de Covenants).

Em resposta a esse desafio, a SISTAC solicitou, na Assembleia Geral de Debenturistas em 23 de dezembro de 2024, perdão dos debenturistas no que tange a medição dos indicadores financeiros que prevê o vencimento antecipado das obrigações com as debêntures (identificado como *waiver* de medição desses índices financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Em 23 de dezembro de 2024, este pedido foi aprovado por unanimidade, e o cálculo será realizado ao final do próximo exercício. Isso reafirma que, apesar das adversidades operacionais enfrentadas, a Sistac mantém uma posição sólida no mercado, preservando a confiança às instituições bancárias detentoras da debênture.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 27 de maio de 2025.

2.2. Base de elaboração

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

Controladas	Relação	Percentual Participação	
		31/12/2024	31/12/2023
SISTAC Sistema de Acesso S.A. ("SISTAC")	Direta	100,00%	100,00%
Sistac B.V. ("SBV")	Indireta	100,00%	100,00%

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação (Continuação)

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (“a moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

3. Sumário das políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Consolidação

A Blue Ocean controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia consolida a entidade Sistac, sobre a qual detém 100% da posição patrimonial e o controle, isto é, está disposta ou têm direitos a retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

3.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.2. Conversão de moeda estrangeira (Continuação)

3.2.2. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações financeiras são aquelas não realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.3. Classificação corrente x não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

1. Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
2. Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
3. Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
4. É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais *ativos* são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

5. Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
6. Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
7. Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
8. A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

A Companhia não tem histórico de perdas relativas a recebimento de serviços realizados. Na prática a Companhia tem acordado com seus clientes o recebimento entre 30 e 90 dias.

Dessa forma, a provisão para perda esperada de créditos é muito baixa ou inexistente devido a evidência objetiva de que a Companhia tem de que receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber sem que haja perda de valor.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)**3.5. Caixa e equivalentes de caixa**

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Em situações em que haja cessão fiduciária de aplicações financeiras, a demonstração é classificada no balanço patrimonial como "Aplicações em garantia". Quando o vencimento for superior a 12 meses, após a data do balanço, a classificação é feita no não circulante.

3.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativo financeiro

Classificação e mensuração

A avaliação dos ativos financeiros da Companhia está detalhada na tabela abaixo:

Instrumentos financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio de resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio de resultado
Debêntures	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativo de contrato - retenções contratuais	Custo amortizado

Redução ao valor recuperável

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção do contas a receber, caso em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma conta de provisão.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.6. Instrumentos financeiros -- Continuação

Passivo financeiro

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros da Companhia são fornecedores, obrigações trabalhistas a pagar, obrigações contratuais, dividendos a pagar, empréstimo e financiamentos, provisões de multas contratuais, saldos a pagar com partes relacionadas, passivo de arrendamento, Outros passivos financeiros e outras contas a pagar. Estes foram classificados como "Outros passivos financeiros", sendo inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos da transação.

Esses passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base na taxa efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período em questão. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados pela vida esperada do passivo financeiro, ou (quando apropriado) por um período menor, para o valor contábil líquido no reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7. Estoques de materiais consumíveis

Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio ponderado, apurado a cada nova compra, o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo identificado, que é inferior ao valor líquido de realização.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.8. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada, de aproximadamente 5 anos dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Assim como outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.8. Ativos intangíveis (continuação)

Intangíveis de longo prazo

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. As vidas úteis econômicas são revisadas no mínimo no fim de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Terrenos e edificações compreendem, principalmente, bases de apoio às operações. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Um ativo imobilizado é desreconhecido a quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício, em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.10. Impairment de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração avaliou e não identificou, no final do período de reporte, indicação de que um dos seus ativos não financeiros possa ter sofrido desvalorização.

3.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.12. Impostos e taxas

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.12. Impostos e taxas -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários.

Em 31 de dezembro de 2024 a investida possui prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$ 8.377 (R\$ 35.247 em 31 de dezembro de 2023), dos quais em função do plano de negócios e expectativa de lucro tributáveis futuros estão registrados imposto de renda e contribuição social diferido R\$13.383 e R\$13.383 na controladora e consolidado, respectivamente (em 2023 - R\$12.284 e R\$12.284 na controladora e consolidado, respectivamente).

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

Em 2024 e 2023 a Administração concluiu que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e procedem de tribunais administrativos e judiciais, sendo assim não identificou riscos e incertezas sobre seus processos.

Tributos sobre serviços

A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

1. Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% e 1,65%;
2. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3% e 7,6%;
3. Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses tributos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.13. Reconhecimento da receita -- Continuação

a) Prestação de serviços

A investida presta uma variedade de serviços, conforme descrito na tabela abaixo, que também fornece informações sobre a natureza, a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamentos significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas:

Tipo de serviço: **Mergulho:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos até 50m de profundidade, por meio de mergulhadores; **Embarcações:** apoio marítimo para a execução de atividades de mergulho e intervenções com uso de ROV; **Escalada:** serviços de inspeção, reparo e manutenção através de escalada industrial; **Pull In/Pull Out:** serviços de conexão e fixação (pull in) e desmobilização (pull out) de dutos fixos em unidades estacionárias de produção; **ROV:** Serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos com a utilização de ROVs (Remote Operated Vehicle); **Manutenção em guinchos:** serviços de inspeção, manutenção e reparo em guinchos; **Mergulho Profundo:** serviços de inspeção, reparo e manutenção subaquáticos entre 50m e 300m de profundidade, por meio de mergulhadores em saturação; **Outros:** demais serviços.

Natureza, época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento:

- As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição dos serviços contratados.
- A medição é validada pelo cliente e reconhecida no resultado.
- Os valores são recebidos em até 30 da data do faturamento para Petrobras e em até 60 dias da data do faturamento para outros clientes.
- No caso da Petrobras, existem ativos de contrato oriundos de retenção contratual que são reconhecidos no circulante e no não circulante pelo seu valor presente.

Reconhecimento da receita conforme CPC 47 (IFRS 15):

- O reconhecimento da receita ocorre diariamente mediante preenchimento de Relatório Diário de Operação (RDO).
- O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida no período é avaliado com base em medições do serviço realizado, que consolidam os RDOs do período.
- O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.
- A receita de serviços a faturar corresponde a receita de serviços efetivamente prestados, cujos recebimentos são incondicionais e os documentos fiscais ainda não foram emitidos ao cliente.

Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado ou, com base em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre menos de um ano até quatro anos.

A Administração analisa os contratos de serviços, conforme abaixo:

- Os Faturamentos são realizados com base em relatórios de medição mensal aprovados pelos clientes;
- Os materiais utilizados na prestação de serviço são de propriedades da Sistac e não são entregues aos clientes;
- No caso de rescisão de contrato, a Sistac recebe pelos serviços executados e aprovados até o momento da rescisão do contrato;
- A Companhia reconhece receitas quando (à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente;
- Todas as receitas são provenientes de contratos de prestação de serviços por preço fixo e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.13. Reconhecimento da receita -- Continuação

Os contratos com a Petrobras possuem clausula de retenção, ou seja, o serviço é prestado e existe um valor a receber incondicional, mas a Petrobras pagará o respectivo montante apenas no final do contrato. Essas retenções são consideradas pela Petrobras como uma forma de garantia para possíveis eventos de inadimplência de encargos sociais e são calculadas com base em um percentual aplicado sobre o valor faturado. Esses ativos de contrato são reconhecidos no ativo circulante e no ativo não circulante e serão ajustados no final do contrato, conforme definido com Petrobras.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

3.14. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.15. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date) Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non vesting conditions) o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O plano de opções de ações da Companhia tem como característica o pagamento dos vestings antecipados, os quais foram pagos integralmente no momento da outorga e esse valor equivalia ao valor justo das opções dessa forma não há registro de valor de mercado das ações por não caracterizar perda para os acionistas da Companhia.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

3.16. Lucro (Prejuízo) por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

3.17. Informações por segmento

A Sistac desenvolve suas atividades de negócio considerando os seguintes segmentos operacionais: Mergulho, Embarcações, Mergulho Saturado e Serviços Top- Side, que são utilizados como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Sistac.

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC.

Acordos de Financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

3.19. Normas emitidas, mas ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18	Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controladora e empreendimento controlado em conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao ICPC 09	Demonstrações financeiras individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02(R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 37(R1)	Adoção nicial das normas internacionais de contabilidade	1º de janeiro de 2025

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, assim como as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir.

4.1. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a respectiva provisão. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos (caso existam) no período em que o valor definitivo é determinado.

4.2. Provisão para riscos contingentes

Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita com auxílio de nossos consultores externos.

4.3. Depreciação e amortização

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

4.4. Instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.5. Avaliação do valor recuperável de ativos (impairment test)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: imobilizado e intangível. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros**5.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas subsidiárias as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada centralmente, segundo as diretrizes da Administração, as quais orientam quanto à avaliação e proteção da Companhia e suas subsidiárias contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercadoRisco cambial

Ainda que a totalidade dos seus serviços sejam prestados em território nacional, a Companhia efetua parte de suas compras no mercado internacional e, portanto, está exposta ao risco cambial. Os principais desembolsos ocorrem nas moedas dólar dos Estados Unidos (USD), euro (EUR), libra esterlina (GBP) e coroa norueguesa (NOK). Para fazer frente a estes desembolsos e reduzir sua exposição, a Sistac possui parte de seus contratos de receita reajustados mensalmente pelo dólar dos Estados Unidos (USD) pela taxa Ptax do Bacen.

O risco cambial ocorre quando operações futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. A Administração estabeleceu diretrizes que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía ativos ou passivos financeiros registrados em moeda estrangeira em seu balanço em volumes imateriais, principalmente Caixa e Fornecedores na controlada Sistac B.V.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Sistac possui aplicações financeiras que são remuneradas a partir das taxas de juros vinculados à taxa de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Além disso, também possui empréstimos e financiamentos cujas taxas de juros também são referenciadas no CDI, portanto pós-fixados.

A Companhia e suas subsidiárias analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São equacionados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, definindo a Sistac uma mudança razoável na taxa de juros e avaliando o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados para os ativos e passivos que representam as principais posições com juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores considerados relevantes, a Companhia analisa o risco de crédito de cada cliente. As análises de risco de crédito são realizadas periodicamente, consideram dados específicos disponíveis em mercado e, em função da relevância de cada cliente, são feitas de forma segmentada para o principal cliente (Petrobras) e demais clientes. A Administração não espera nenhuma perda material decorrente de inadimplência dos clientes. Também não existe histórico na SISTAC de descumprimento por parte de qualquer cliente. A Companhia mantém seus investimentos em bancos e instituições financeiras de primeira linha, aplicando majoritariamente em fundos lastreados em títulos do tesouro nacional.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros (Continuação)

5.1. Fatores de risco financeiro (continuação)

c) Risco de liquidez

A Companhia e suas subsidiárias monitoram as previsões de necessidade de fluxo de caixa para assegurar a existência de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Estas previsões levam em consideração, nomeadamente, os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas subsidiárias.

O excesso de caixa mantido pela Companhia e suas subsidiárias, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Companhia e suas subsidiárias mantinham fundos de curto prazo de no montante de R\$ 10.038 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 30.449 em 31 de dezembro de 2023) e outros ativos líquidos de R\$ 33.178 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 40.906 em 31 de dezembro de 2023) o qual se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Identificamos que os passivos financeiros não derivativos e os passivos financeiros derivativos, por faixa de vencimento, que a totalidade do valor constante na conta de Fornecedores, a qual representa R\$ 1.725 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.425 em 31 de dezembro de 2023) os quais vencem num prazo menor que um ano. Este prazo corresponde ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A conta de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, que representa em 31 de dezembro de 2024, R\$120.659 (em 31 de dezembro de 2023 o saldo de R\$134.420).

5.2. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros (Continuação)

5.2. Gestão de capital (Continuação)

Em função das mobilizações de novos contratos a Companhia teve como estratégia aumentar o índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos	-	-	9.672	13.494
Debêntures	-	-	110.987	120.926
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(127)	(1.475)	(10.165)	(31.924)
(-) Aplicações em garantia	-	-	(1.240)	(1.903)
Dívida Líquida	(127)	(1.475)	109.381	112.068
Patrimônio Líquido	64.516	30.096	64.516	30.096
Patrimônio Líquido e dívida líquida	19.922	28.621	129.430	142.164
Índice de alavancagem financeira - %	0%	5%	169%	372%

5.3. Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

Instrumentos Financeiros	Categoria e forma de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Valor justo por meio do resultado
Adiantamentos	Custo amortizado
Outros ativos circulantes	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Aplicações em garantia	Valor justo por meio do resultado
Derivativos	Valor justo por meio do resultado
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Ativos de contratos - retenções contratuais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Valor Justo por meio do resultado
Outras contas a pagar	Custo amortizado

Os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo, caso existam, são avaliados utilizando diferentes métodos de avaliação, os quais correspondem a diferentes níveis, definidos como segue:

- **Nível 1-** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Blue Ocean Embarcações S.A.
 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários	-	1.475	1.688	31.924
Aplicações Financeiras ^(a)	127	-	8.477	1.903
Total	127	1.475	10.165	33.827

a) As aplicações financeiras em sua maior parte, são representadas por certificados de depósitos bancários CDB ou fundos de investimentos mantidos, e tendo como média 97,8% do CDI, em 31 de dezembro de 2024 (97,13% do CDI em 31 de dezembro de 2023), em instituições de primeira linha.

A Companhia possui, de acordo com contratos de empréstimos e financiamento, parte do saldo do Fundo de investimento em renda fixa, em garantia conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em garantia – Circulante	-	-	803	816
Aplicações em garantia – Não circulante	-	-	437	1.087

As aplicações em garantia não são consideradas caixa e equivalentes de caixa.

A seguir apresentamos a receita financeira auferida durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimento das aplicações financeiras	3	-	559	4.623

7. Contas a Receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2024, a concentração de clientes em relação ao contas a receber é de aproximadamente 34% composto pela Petrobras e 66% por outros clientes de óleo e gás – IOC's (50% Petrobras e 50% outros clientes de óleo e gás em 31 de dezembro de 2023).

A seguir apresentamos as contas a receber de clientes conforme natureza de serviços prestados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mergulho ^(a)	15.741	17.838
Embarcações	15.962	10.097
Serviços <i>Top-Side</i>	796	5.018
Mergulho Saturado	-	6.915
ROV	678	1.038
Total	33.178	40.096

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a Receber de clientes (Continuação)

O saldo de contas a receber de clientes segregado por segmento e prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

A faturar (*)	27.631	28.688
A vencer em até:		
Vencidos	-	1.307
De 1 a 30 dias	5.547	10.911
De 31 a 90 dias	-	-

(*) Correspondem a serviços prestados, com boletins de medição aprovados pelos clientes, porém ainda não faturados.

Em 31 de dezembro de 2024 não há créditos vencidos (R\$1.307 em 2023), para os quais a Administração entende não haver risco, e conseqüentemente não registrou provisão para perda.

8. Estoques de Materiais Consumíveis

O saldo de estoques de materiais consumíveis de curto prazo encontra-se demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e Peças de Reposição/Spare Parts	979	170
Materiais Hidráulicos e Pneumáticos	1.794	1.920
Materiais Elétrico e Eletrônico	1.917	1.913
Ferramentas, acessórios para ferramentas	453	502
Materiais e utensílios	3.255	3.713
Outros	1.622	3.000
(Provisão para ajustes de inventário)	(3.713)	-
Estoques - Circulante	6.307	11.218

A Companhia e suas subsidiárias possuem em seus estoques ferramentas e peças de reposição de uso interno que, são exigências contratuais, ou itens de garantia operacional, e por isso apresentam giro de estoque superior a 12 meses. Por esse motivo esses itens são apresentados como estoques consumíveis de longo prazo no montante de R\$4.762 na controladora e consolidado (R\$5.144 em 2023).

9. Ativos de contrato - retenções contratuais

Refere-se a retenções contratuais em recebimentos das notas fiscais de serviço faturados para Petrobras, cujos percentuais estão apresentados no quadro abaixo.

Tipo de serviço	% Ret. Contratual		
Vitória - Afretamento + Tripulação	2,50%		
Mergulho profundo	2,50%		
Mergulho raso	1,93%		
		2024	2023
Ativo de contrato - circulante		48	45
Ativo de contrato – não circulante		3.587	14.291
Total		3.635	14.336

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos

A movimentação dos saldos de investimentos em controlada em 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Equivalência Patrimonial SISTAC	Mais-Valia	Good-Will	Provisão para Impairment	Total
Saldo em 31/12/2022	133.397	10.193	22.642	-	166.232
Resultado do Exercício	(52.464)	-	-	-	(52.464)
Resultados Abrangentes	(48)	-	-	-	(48)
Amortização de Mais-Valia	-	(1.249)	-	-	(1.249)
Pagamento Contingência ^(a)	-	-	(1.369)	-	(1.369)
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	(82.654)	(82.654)
Saldo em 31/12/2023	80.885	8.944	21.273	(82.654)	28.448
Resultado do Exercício	(10.730)	-	-	-	(10.730)
Resultados Abrangentes	1.910	-	-	-	1.910
Amortização de Mais-Valia	-	(1.247)	-	-	(1.247)
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	44.467	44.467
Saldo em 31/12/2024	72.065	7.697	21.273	(38.187)	62.848

(a) Recebimento do pagamento de contingência materializada prevista no contrato de compra da investida.

Os principais saldos da investida estão demonstrados a seguir:

Balço Patrimonial	SISTAC	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	78.548	114.147
Ativo não circulante	171.553	167.625
Exigibilidades	178.036	200.887
Patrimônio líquido	72.065	80.885
Demonstração do Resultado	2024	2023
Receita líquida de vendas e/ou serviço	213.484	218.915
Custos dos serviços prestados	(181.375)	(205.602)
Lucro bruto	32.109	13.313
Despesas operacionais	(23.770)	(46.530)
Resultado financeiro	(20.167)	(21.984)
Lucro antes dos impostos	(11.829)	(55.201)
Impostos sobre o lucro	1.099	2.737
Resultado do exercício	(10.730)	(52.464)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Segue no quadro abaixo a movimentação dos saldos consolidados de intangível no período:

	<u>Softwares</u>	<u>Contratos</u>	<u>Good Will "SISTAC"</u>	<u>Mais-Valia do Ativo Fixo "Sistac"</u>	<u>Mais-Valia do Intangível "Sistac"</u>	<u>Total</u>
Vida útil média em anos	5 anos	5 anos				
Custo Histórico	6.673	27.322	22.642	15.384	10.930	56.637
Amortização acumulada	(4.250)	(27.322)	-	(5.192)	(10.928)	(31.572)
Saldo em 31/12/2022	2.423	-	22.642	10.192	2	25.065
Aquisições no período	1.069	-	-	-	-	1.069
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas (Custo)	-	-	(1.369)	-	-	(1.369)
Amortização do exercício	(926)	-	-	(1.247)	(2)	(926)
						-
Custo Histórico	7.742	27.322	21.273	15.384	10.930	82.651
Amortização acumulada	(5.176)	(27.322)	-	(6.439)	(10.930)	(49.867)
Saldo em 31/12/2023	2.566	-	21.273	8.945	-	32.784
Aquisições no período	19	-	-	-	-	19
Transferências	-	-	-	-	-	-
Baixas (Custo)	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(1.014)	-	-	(1.247)	-	(2.261)
Custo Histórico	7.761	27.322	21.273	15.384	10.930	82.670
Amortização acumulada	(6.190)	(27.322)	-	(7.686)	(10.930)	(52.128)
Saldo em 31/12/2024	1.571	-	21.273	7.698	-	30.542

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

A movimentação do período dos ativos imobilizados da companhia está demonstrada a seguir:

	Máquinas, aparelhos	Equipamentos de Mergulho	Embarcações	Docagem	Guinchos Pull- in Pull-out	Arrenda- mentos	Projeto de Mobilização	Obras e Construções em andamento	Outros 5 a 10 anos	Total
Vida útil média em anos	10 anos	5 anos	20 anos	2,5 anos	10 anos	2 anos	2,5 anos	-	-	-
Custo Histórico	42.835	73.445	61.562	16.374	7.167	4.273	-	-	22.362	228.018
Depreciação Acumulada	(23.016)	(52.324)	(26.457)	(9.659)	(6.358)	(2.151)	-	-	(14.295)	(134.260)
Saldo em 31/12/2022	19.819	21.121	35.105	6.715	809	2.122	-	-	8.067	93.758
Aquisições no exercício	33.219	1.682	4.255	15.972	155	823	3.510	21.540	2.552	83.708
Depreciação exercício	(14.557)	(11.191)	(4.394)	(9.859)	(336)	(1.840)	(3.009)	-	(2.138)	(47.324)
Baixas (Custo)	(77)	-	(1)	-	-	-	-	-	(1.611)	(1.689)
Baixas (Depreciação)	22	-	-	-	-	-	-	-	864	886
Custo Histórico	75.977	75.127	65.816	32.346	7.322	5.096	3.510	21.540	23.303	310.037
Depreciação Acumulada	(37.551)	(63.515)	(30.851)	(19.518)	(6.694)	(3.991)	(3.009)	-	(15.569)	(180.698)
Saldo em 31/12/2023	38.426	11.612	34.965	12.828	628	1.105	501	21.540	7.734	129.339
Aquisições no exercício	873	317	54.827	-	-	1.042	7.479	(11.246)	663	53.995
Depreciação exercício	(5.445)	(6.548)	(6.327)	(10.449)	(176)	(1.186)	(2.855)	-	(1.859)	(34.845)
Baixas (Custo)	(4.069)	(1.365)	(5)	-	-	(1.998)	-	-	(43)	(7.480)
Baixas (Depreciação)	90	893	3	-	-	1.919	-	-	12	2.917
Custo Histórico	72.781	74.079	120.638	32.346	7.322	4.140	10.989	10.294	23.923	356.508
Depreciação Acumulada	(42.906)	(69.170)	(37.175)	(29.967)	(6.870)	(3.258)	(5.864)	-	(17.416)	(212.627)
Saldo em 31/12/2024	29.875	4.909	83.463	2.379	452	882	5.125	10.294	6.507	143.881

A Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

A Companhia não possui qualquer linha de crédito não utilizada. Os empréstimo e financiamentos foram captados pela SISTAC com o objetivo de financiar a expansão projetada para as atividades da mesma. Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são integralmente denominados em reais brasileiros.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Vencimento	Encargos médios a.a.	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Circulante				
CEF	Mar/2026	3,91%+CDI	6.281	6.351
Daycoval	Jan/2025	1,60% a.m.	1.962	-
Total circulante			8.243	6.351
Não circulante				
CEF	Mar/2026	3,91%+CDI	1.429	7.143
Total não circulante			1.429	7.143
Total empréstimos e financiamentos			9.672	13.494
Total geral líquido			9.672	13.494

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de empréstimos da Sistac não possuem cláusulas de penalidades de liquidação antecipada (*covenants* financeiros) com exceção da Debêntures, tratadas na Nota 14.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	13.494	101.192
Captação	1.962	50.598
Provisão de juros	1.272	1.620
Varição cambial	-	-
Pagamento de principal	(5.238)	(135.870)
Pagamento de juros	(1.818)	(4.046)
Saldo Final	9.672	13.494

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2023, a Sistac concluiu a 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações. O montante captado é de R\$ 120.000, com juros de CDI acrescido de 3,85% a.a. e vencimento em fevereiro de 2028.

O pagamento de juros ocorrerá mensalmente, sendo a primeira liquidação devida em 10 de março de 2023 e término em 10 de fevereiro de 2028. O instrumento possui carência de 12 meses de amortização de principal, e na sequência com liquidação mensal, a partir de 10 de março de 2024 com conclusão em 10 de fevereiro de 2028.

As Debêntures ainda possuem cláusula de vencimento antecipado, a depender do não cumprimento com certos índices financeiros, conforme apresentados a seguir:

Covenants Financeiros

- Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5x a partir de dezembro de 2023, primeiro momento de medição definido no contrato de debêntures adquirido em fevereiro de 2023, apurado anualmente a partir de então; e
- Foi aprovada em 23 de dezembro de 2024 a postergação (waiver) do cálculo do índice financeiro da cláusula de vencimento antecipado no contrato da Debênture para 31 de dezembro de 2024.

Movimentação das debêntures

A seguir a composição e a movimentação das debêntures ao longo do exercício de 2024.

	Encargos Médios a.a.	Vencimento	2024	2023
Circulante				
Debêntures	3,85% + CDI	Fev/2028	45.987	25.926
Total circulante			45.987	25.926
Não circulante				
Debêntures	3,85% + CDI	Fev/2028	65.000	95.000
Total não circulante			65.000	95.000
Total Debêntures			110.987	120.926
			2024	
Saldo Inicial			120.926	
Captação			-	
Provisão de juros			12.511	
Variação cambial			-	
Pagamento de principal			(10.000)	
Pagamento de juros			(12.450)	
Saldo Final			110.987	

O objetivo da Companhia e suas subsidiárias ao captar as debêntures é reestruturar suas dívidas e garantir capacidade de investimento em ativos que lhe permitirão honrar com os contratos de longo prazo que vêm firmando com parceiros importantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Debêntures (Continuação)Reestruturação da dívida

Ao longo de 2024 a Sistac iniciou um processo junto aos seus credores com objetivo de discutir as condições de suas dívidas atuais, buscando uma melhor adequação do cronograma de pagamento das mesmas ao fluxo de caixa da Companhia.

Em 27 de fevereiro de 2025 foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas onde está aprovada a reestruturação da Debênture que havia sido originalmente emitida em fevereiro de 2023. As principais alterações são:

- O prazo de vencimento das Debêntures de 1.821 dias a contar da data de emissão para 2.521 dias a contar da data de emissão, e, conseqüentemente, a alteração da data de vencimento das Debêntures de 10 de fevereiro de 2028 para 10 de janeiro de 2030;
- Remuneração das Debêntures, de forma retroativa a 10 de janeiro de 2025 (inclusive), para que os juros remuneratórios passem a corresponder à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de spread de: 1,40% até 10 de janeiro de 2026 (exclusive), 1,70% até 10 de janeiro de 2028 (exclusive) e 2,20% até a data do vencimento;
- Datas de Pagamento da remuneração e de Amortização, de modo que entre 10 de janeiro de 2025 até 10 de junho de 2025 (inclusive) não haverá pagamento da remuneração ou amortização;
- Outorga, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definidas na Escritura de Emissão), de alienação fiduciária da embarcação identificada como Vessel Vitória;
- Modificação de alguns Covenants, das datas de medições dos mesmos e a inclusão de uma obrigação de cash sweep em determinadas condições, estabelecidas na documentação.

15. Obrigações trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a redução na linha de remunerações e encargos de folha a pagar deve-se principalmente ao pagamento do acordo coletivo. Os saldos de obrigações trabalhistas da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Provisão de férias	11.241	11.880
Remunerações a pagar	7.587	17.278
Provisão de bônus	4.378	4.449
Contribuição sindical a pagar	6	11
Total	23.212	33.618

16. Contas a pagar a fornecedores

O saldo de contas a pagar a fornecedores representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de equipamentos operacionais, materiais, equipamentos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os saldos de contas a pagar a fornecedores da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	-	-	1.725	10.425
Não circulante	-	-	-	-
Total	-	-	1.725	10.425

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências

A investida é parte em processos trabalhistas, tributários e administrativos. As provisões devem ser constituídas para todos os processos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A movimentação do saldo de provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	8.970	1.169
Provisões	75	7.801
Reversões	(93)	-
Saldo Final	8.952	8.970

A investida ainda possui processos contingentes para os quais, conforme os consultores jurídicos, a probabilidade de perda foi estimada como possível, pelo montante de R\$ 28.190 (R\$ 15.474 em 31 de dezembro de 2023).

18. Patrimônio Líquido

A Companhia foi constituída em 30/11/2015 com a subscrição de 1.000 ações pelo valor de R\$ 1 mil.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2015 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 156.599,1 mil, emitindo 156.599.100 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de abril de 2016 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 370 mil, emitindo 370.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de julho de 2016 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 250 mil, emitindo 250.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2019 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 930 mil, emitindo 930.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2019 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 930 mil, emitindo 930.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em 5 de maio de 2020 os acionistas aportaram o montante de R\$ 800 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais foram capitalizados por meio da AGE de 1º de março de 2021 no qual a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 1.400, emitindo 1.400.000 novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 800 mil, emitindo 800.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em Ata de Reunião do comitê de investimento na data de 09 de fevereiro de 2022, foi aprovado pelos acionistas a celebração de Instrumento de AFAC no montante de R\$ 200, que deverá ser convertido em aumento de capital social no prazo de até 12 meses.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de novembro de 2023 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 200, emitindo 200.000 novas ações totalmente integralizadas.

Blue Ocean Embarcações S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio Líquido (Continuação)

Em Ata de Reunião do comitê de investimento na data de 06 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelos acionistas a celebração de Instrumento de AFAC no montante de R\$ 200, que deverá ser convertido em aumento de capital social no prazo de até 12 meses.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2024 a companhia aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 200 mil, emitindo 200.000 novas ações totalmente integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2024 e o capital social da companhia é composto como segue:

<u>Data da Assembleia</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital Social</u>
30 de novembro de 2015	1.000	1
21 de dezembro de 2015	156.599.100	156.599
18 de abril de 2016	370.000	370
29 de julho de 2016	250.000	250
18 de setembro de 2019	930.000	930
1º de março de 2021	1.400.000	1.400
30 de dezembro de 2021	800.000	800
28 de novembro de 2023	200.000	200
13 de setembro de 2024	200.000	200
Total	160.750.100	160.750

19. Receita Líquida de Serviços

A reconciliação entre a receita bruta por atividade e a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mergulho	115.753	113.657
Embarcação	71.377	63.038
Mergulho profundo	38.412	56.943
<i>Pull-in / Pull-out</i>	5.080	3.691
Escalada	1.322	6.879
Manutenção de guincho	-	-
ROV	7.143	2.464
Outros	-	-
Receita Bruta de Vendas e Serviços	239.086	246.672
(-) Impostos Incidentes Sobre Receita ^(a)	(25.602)	(27.757)
Receita Líquida	213.484	218.915

a) Os impostos incidentes sobre as receitas de atividades da Companhia são os ISS, PIS e COFINS.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas por natureza

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia se encontram demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Gastos com pessoal	(15)	(14)	(127.593)	(154.200)
Depreciação e amortização ^(a)	-	-	(32.484)	(36.444)
Serviços contratados	(168)	(185)	(18.012)	(18.745)
Custos de materiais aplicados	-	-	(11.796)	(19.624)
Condomínio, locações e arrendamento	-	-	(5.379)	(6.040)
Outros custos gerais	-	-	(12.599)	(7.406)
Gastos com viagens e estadias	-	-	(1.932)	(4.706)
Multa contratual	-	-	-	-
Comunicação	-	-	(64)	(115)
Materiais de consumo	-	-	(64)	(338)
Outros impostos e taxas	-	(2)	(278)	(317)
Publicações	-	-	(79)	(5)
Energia elétrica	-	-	(38)	(63)
Multas	-	-	(18)	(72)
Contribuições sindicais	-	-	(120)	(141)
Provisões para contingências	-	-	18	(7.882)
Outras despesas comerciais	-	-	(362)	(287)
Outras despesas administrativas	-	-	(747)	(3.760)
Outras despesas operacionais	-	-	5.081	5.324
Outras receitas operacionais	-	-	1.140	2.488
Total	(183)	(201)	(205.328)	(254.534)
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(181.375)	(205.602)
Despesas Comerciais	-	-	(362)	(287)
Despesas Administrativas	(183)	(201)	(21.772)	(34.211)
Despesas Gerais	-	-	(2.959)	(14.721)
Outras receitas e despesas líquidas	-	-	1.140	2.488

a) Líquido de créditos PIS/COFINS sobre depreciação.

Blue Ocean Embarcações S.A.
 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado Financeiro Líquido

A composição do resultado financeiro da Companhia está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	3	-	559	4.623
Atualização monetária	-	-	3.704	108
Variação cambial	-	-	(4.283)	(88)
Outras receitas financeiras	-	-	-	6
Receita Financeiras	3	-	(20)	4.649
Juros sobre empréstimos	-	-	(20.596)	(20.464)
Despesas de juros e mora	-	(1)	(17)	(37)
Variação cambial	-	-	-	(986)
Tarifas bancárias ^(a)	(1)	(1)	(536)	(3.278)
Outras despesas financeiras	-	-	1.003	(1.870)
Despesas Financeiras	(1)	(2)	(20.146)	(26.635)
Resultado Financeiro Líquido	(2)	(2)	(20.166)	(21.986)

a) Em virtude da 1ª Emissão de debêntures em 2023, foram pagas taxas de estruturação (fee de estruturação), para os bancos debenturistas.

22. Imposto de renda e contribuição social

22.1. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IR e CS sobre Faturamento ^(a)	-	-	15.213	11.820
IRRF sobre Aplicações Financeiras	174	174	427	2.056
Impostos a Recuperar	174	174	15.640	13.876

(a) O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre faturamento corresponde aos valores retidos e não necessários para compensação de IR e CS a recolher em 2024. O Objetivo da Companhia é utilizar estes impostos a recuperar para compensar impostos de mesma natureza no próximo exercício.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social (Continuação)

22.2. Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A seguir apresentamos a apuração de imposto de renda e contribuição social para o exercício:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes de IR e CSLL	32.309	(136.570)
Diferenças permanentes - adição e exclusão		
Amortização da mais valia	1.247	1.249
Equivalência patrimonial	10.730	52.464
Provisão de perdas nos ajustes a valor recuperável	(44.467)	82.654
	<u>(32.490)</u>	<u>136.367</u>
Lucro Real	<u>(181)</u>	<u>(203)</u>
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%
IR e CSLL Corrente	<u>-</u>	<u>-</u>

23. Partes relacionadas

A Companhia possui saldos com partes relacionadas onde suas naturezas estão descritas abaixo:

Sistac BV (R\$ 17.898 em 2024 e R\$ 13.312 em 2023) - Locação de equipamentos.

23.1. Remuneração dos administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros) e pró-labore. O total de benefícios de curto prazo pagos aos Administradores em 2024 foi de R\$ 3.223 (R\$ 4.539 em 31 de dezembro de 2023).

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da Companhia em 2024 foi de R\$ 14 (R\$ 14 em 2023).

23.2. Programa de remuneração baseado em ações

A Assembleia Geral Extraordinária a Sistac aprovou em 30 de dezembro de 2016, a criação do Plano de Opções de Compra de Ações, programa de incentivo de longo prazo de compra de ações, com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia, a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.

O mencionado plano consiste no direito de compra de certa quantidade de ações da Companhia, outorgadas ao executivo, Beneficiário do programa, a determinado preço de exercício por ação -ou preço de compra da ação - que deve ser exercido em período ou prazo de exercício.

Na data do exercício do direito as ações alienadas ao Beneficiário do plano primário devem ser objeto de uma nova subscrição.

O plano prevê ainda, que, os demais acionistas da Companhia não têm direito de subscrição sobre as ações destinadas aos planos de opções. Dessa forma, ocorre a diluição do capital da Companhia de forma proporcional à quantidade das novas ações subscritas.

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas (Continuação)

23.2. Programa de remuneração baseado em ações (continuação)

O beneficiário do Plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação (*vesting*) do plano, podendo exercer o direito de compra até a data de expiração do referido direito (8 anos contados após 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações entre os Executivos contemplados pelo Plano e a Sistac).

O beneficiário possui direito de venda conjunta (*tag along*) proporcional a participação societária detida, mas tem o dever de venda conjunta (*drag along*), podendo a Companhia nesse caso exigir a venda da posição detida pelo beneficiário.

A cada outorga, o executivo elegível tem o direito de adquirir as ações vendidas pelo preço de exercício atualizado até a data de aquisição das ações outorgadas.

A quantidade de opções de compra e o preço de exercício são estabelecidos conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações celebrado entre os Executivos e a Sistac.

De acordo com o Plano de Opções de Compra de Ações foi autorizado a concessão do direito de compra da totalidade de 169.931 ações com o preço de exercício de R\$ 61,25 por ação, corrigido pelo IPC-A desde 30 de dezembro de 2016, data de celebração do Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações até a data da efetiva subscrição ou compra, conforme o caso. As informações sobre os programas estão abaixo descritas:

Plano de Opção de Compra de Ações

Quantidade de Opções Outorgadas aos Participantes: 169.931

Preço de Exercício: R\$ 61,25

Correção do Preço de Exercício: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de dezembro de 2016 até a data de exercício da opção de compra.

Prazo para Exercício das Opções

- a) Até 30 de Setembro de 2017, o participante não poderá exercer as opções.
- b) A partir de 01 de outubro de 2017 até 30 de setembro de 2018, o participante poderá exercer até 12,5% das opções.
- c) A partir de 01 de outubro de 2018 até 30 de setembro de 2019, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 37,5% das Ações.
- d) A partir de 01 de outubro de 2019 até 30 de setembro de 2020, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 62,5% das Ações.
- e) A partir de 01 de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, o participante poderá exercer até 25,0% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 87,5% das Ações.
- f) A partir de 12 de outubro de 2021, o participante poderá exercer até 12,5% das opções, mais eventuais sobras não exercidas no período antecedente, totalizando até 100,0% das Ações.

(*) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Data da Maturação	Quantidade das Ações Outorgadas	Correção no preço do exercício	Data de vencimento (expiração)
A partir de 01/10/2017	21.241	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2018	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2019	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2020	42.483	IPCA	31/12/2024
A partir de 01/10/2021	21.241	IPCA	31/12/2024
Total	169.931		

Blue Ocean Embarcações S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Partes relacionadas (Continuação)

23.2. Programa de remuneração baseado em ações (continuação)

Mensuração do valor justo

A mensuração foi realizada através do Método da Simulação de Monte Carlo para a precificação de opções de ações, considerando que a ação segue um processo aleatório predeterminado. Como o direito de exercício pode ser exercido a qualquer momento entre a data inicial de exercício e a data de expiração do direito, as opções em questão são do tipo americana. Portanto, o modelo mais adequado para a precificação das mesmas é o Método de Simulação de Monte Carlo aplicado sobre o preço do Ativo, que segue um processo estocástico predefinido.

Segue abaixo as premissas adotadas na determinação do valor justo das opções:

Preço de Exercício: R\$ 61,25 por ação
Duração (Vesting Period): 8 anos
Taxa de Retorno Livre de Risco: 5,91% - IPCA
Volatilidade Esperada (% aa): 28,87%
Valor Justo Apurado das Opções em 2016: R\$ 462.792,42

O valor justo das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 112, (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2021), valores estes referentes ao *vesting period*.

Até a presente data as outorgas maturadas não foram exercidas pelos beneficiários indicados pelo Conselho de Administração.

As opções dos programas acima somente poderão ser exercidas em caso de ocorrência de alienação total das ações da Companhia a terceiros, ou na hipótese de venda de controle da Companhia.

A Administração da Companhia informa que não foram exercidas quaisquer opções durante os exercícios de 2024 e 2023.

24. Seguros

A companhia gere os seus riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade os riscos envolvidos em suas operações a orientação de seus consultores de seguros. Além disso a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

Os valores segurados em 31 de dezembro de 2024 é de:

Ramo	Seguradora	Prêmio total	Valor segurado
Autofrota	Porto Seguro	7	100% Tabela FIP
Cascos marítimos	Axa	198	66.136
Patrimonial	Fairfax	82	59.151
Ambiental	Chubb e Berkley	725	50.000
P&I ^(a)	ShipOwners	61	5.300.000
Responsabilidade civil geral	Starr	31	40.000
Riscos de petróleo	Fairfax	1.084	70.000
D&O	Axa	39	50.000

(a) Valor segurado em dólares, retratado aqui em Reais como referência.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2024, até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.